

Bucha na tradição da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

17/07/2026

A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, que comemora no próximo ano o bicentenário de sua fundação, é depositária de um vasto conjunto de tradições estudantis que, ao longo de dois séculos, contribuíram para forjar a identidade cultural e simbólica da escola. Entre essas tradições, poucas se revestem de tanto mistério e relevância histórica quanto a *Burschenschaft*, popularmente conhecida pelo apelido de “Bucha” — sociedade secreta de caráter estudantil, filantrópico e, posteriormente, político, que floresceu nas Arcadas ao longo do século 19 e perdurou, ao menos em sua atuação pública mais evidente, até a Revolução de 1930.

A presente coluna — escrita em homenagem às Arcadas de São Francisco — tem por objeto reconstituir, a partir de fontes secundárias disponíveis sobre o tema, a trajetória histórica dessa sociedade: sua origem germânica, a figura de seu fundador, a estrutura organizacional que adotou, os propósitos que a moveram em diferentes momentos de sua existência e a influência que exerceu sobre gerações de bacharéis que vieram a ocupar postos de proeminência na vida política, jurídica e diplomática do Brasil. Examino, ainda, o significado simbólico que a Bucha conserva até os dias atuais na memória institucional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, materializado em vestígios físicos que permanecem em seu edifício histórico.

A análise da *Burschenschaft* interessa não apenas à história da educação jurídica brasileira, mas também à compreensão mais ampla da formação das elites políticas nacionais, na medida em que a sociedade secreta funcionou, por décadas, como rede de sociabilidade, ascensão profissional e articulação de poder entre bacharéis egressos do Largo de São Francisco.

A criação da Bucha está indissociavelmente ligada à figura de Johann Julius Gottfried Ludwig Frank, conhecido no Brasil simplesmente como Júlio Frank. Nascido na cidade alemã de Gotha, em 1808, Frank foi estudante da Universidade de Göttingen, instituição na qual teve contato direto com as *Burschenschaften* — associações estudantis surgidas na Alemanha ao final do século 18 e início do século 19, vocacionadas a promover, entre outros ideais, a unidade nacional germânica e princípios de liberalismo político. Tendo se envolvido em conflitos durante seu período universitário, Frank deixou a Alemanha e emigrou para o Brasil, chegando ao Rio de Janeiro no ano de 1831, pouco depois da abdicação de Dom Pedro 1^o.

Após período de instabilidade, Frank radicou-se em São Paulo, onde, em 1834, foi contratado como professor de História e Geografia no chamado Curso Anexo da Academia de Direito de São Paulo — espécie de curso preparatório destinado aos jovens que pretendiam ingressar na faculdade. Foi exatamente esse contato cotidiano e próximo com os estudantes que lhe permitiu reunir as condições necessárias à transposição, para o ambiente paulista, do modelo associativo que conhecera em sua formação acadêmica na Alemanha.



Frank viria a falecer precocemente, vítima de pneumonia, em 1841. Sua memória, todavia, permanece fisicamente preservada até hoje no pátio térreo do edifício histórico da Faculdade de Direito da USP, onde se encontra um obelisco funerário, ornamentado com elementos alegóricos em bronze e cantaria, sob o qual está sepultado seu corpo — vestígio material que atesta a permanência simbólica do fundador na memória institucional da escola.

Fundação e primeiros propósitos da Bucha

O processo de fundação da Bucha não se deu de modo instantâneo, mas por meio de articulação gradual. Já em janeiro de 1830, Frank teria iniciado correspondência com amigos maçons na Alemanha, em busca de orientação para a estruturação do projeto associativo que tinha em mente, ao mesmo tempo em que redigia os estatutos e o código moral que regeriam a futura sociedade. As primeiras reuniões informais ocorreram na residência da família de José Antônio Pimenta Bueno — futuro magistrado, diplomata e político de destaque, agraciado posteriormente com o título de Marquês de São Vicente —, situada nas proximidades do Mosteiro de São Bento, no centro da então provinciana cidade de São Paulo.

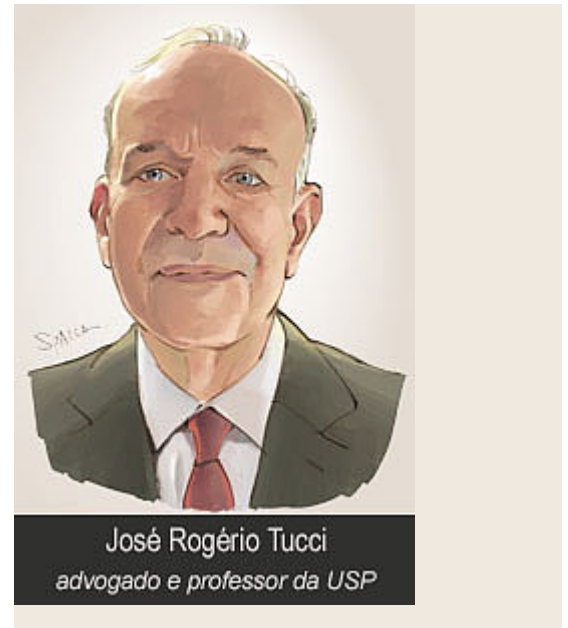
A fundação oficial da sociedade teria ocorrido em reunião realizada em 4 de julho de 1830, em uma das repúblicas estudantis então existentes no entorno do Largo de São Francisco. Os estatutos da nova associação previam que dela poderiam fazer parte estudantes selecionados segundo critérios de firmeza de caráter, espírito filantrópico, amor à liberdade e dedicação aos estudos — valores que, somados ao lema adotado pela sociedade, “Fé, Esperança e Caridade”, evidenciam a impronta moral e filosófica que orientou sua concepção original, fortemente influenciada pelos ideais iluministas e por elementos de inspiração maçônica.

Em sua fase inicial, a Bucha possuía finalidade essencialmente assistencial: amparar estudantes desprovidos de recursos financeiros, mas dotados de potencial intelectual e vontade de estudar, custeando despesas com livros, vestuário e necessidades básicas — auxílio que era prestado de modo absolutamente velado, sem que os beneficiados soubessem identificar a origem da proteção que recebiam. Essa dimensão filantrópica, ligada a um ideário liberal, abolicionista e republicano, caracterizou os primeiros tempos da sociedade, antes que sua atuação se ampliasse e adquirisse contornos marcadamente políticos.

Sob a inspiração dos discípulos diretos de Frank, a Bucha desenvolveu estrutura organizacional hierarquizada e dividida em graus, refletindo, ainda que de modo adaptado, padrões característicos das sociedades secretas de matriz maçônica. No âmbito interno da faculdade, os membros eram organizados em três categorias sucessivas: Catecúmenos, Crentes e Doze Apóstolos — denominações de evidente inspiração religiosa, que sugeriam estágios progressivos de iniciação e confiança dentro da sociedade.

Spacca

Fora do ambiente acadêmico, a estrutura hierárquica prosseguia por meio dos chamados Chefes Supremos e do Conselho dos Divinos, instância que reunia os membros mais antigos e influentes da sociedade, já inseridos na vida pública e profissional. Segundo relatos historiográficos, durante o período da República Velha não haveria, no Brasil, nomeação de ministro de Estado, investidura de magistrado, tampouco indicação de candidato à Presidência da República, que prescindisse de prévia deliberação informal desse Conselho — circunstância que, ainda que sujeita às inevitáveis imprecisões inerentes à reconstituição histórica de sociedades secretas, é recorrentemente mencionada pela literatura especializada sobre o tema como indicativa da extensão da influência política da Bucha.



A liderança do núcleo estudantil cabia ao denominado chaveiro, posto ocupado por um aluno do quinto e último ano do curso jurídico. A escolha dessa denominação remete diretamente ao ritual mais célebre e publicamente conhecido da sociedade.

Da filantropia liberal ao domínio político da República Velha

Com o decorrer das décadas, a vocação original da Bucha experimentou transformação substancial. Os estudantes beneficiados pela sociedade, ao concluírem o curso jurídico e ascenderem a posições de relevo na administração pública, na magistratura, na política e na imprensa, passaram a empregar a rede de relacionamentos construída no interior da associação como instrumento de promoção mútua, oferecendo colocações profissionais aos membros que ainda concluíam os estudos. Esse processo gradualmente deslocou o eixo da sociedade, que, de organização essencialmente assistencial, converteu-se também em rede de influência política e profissional.

Paralelamente a essa transformação funcional, observou-se também alteração no espectro ideológico predominante entre seus membros. Se nos primeiros tempos a Bucha cultivava ideário liberal, abolicionista e republicano, à medida que seus integrantes eram absorvidos pelos quadros da burocracia estatal do Império, passou a abrigar também membros de orientação conservadora, monarquista e, nesse contexto histórico específico, favoráveis à manutenção da escravidão — evidenciando a heterogeneidade ideológica que, com o tempo, passou a caracterizar seus quadros.

A influência política da Bucha atingiu seu ponto mais expressivo durante a Primeira República. A historiografia especializada registra a presença maciça de bucheiros entre os participantes da Convenção de Itu, realizada em 1873, da qual resultou a fundação do Partido Republicano Paulista — entre eles, figuras como Campos Sales, Francisco Glicério, Américo de Campos e Rangel Pestana, estes últimos também responsáveis, ao lado de Júlio Mesquita, pela fundação do jornal *O Estado de S. Paulo*, periódico que viria a manter estreita relação histórica com a

sociedade. Da mesma forma, registra-se a presença de bucheiros na Comissão dos Cinco, encarregada de redigir o anteprojeto da primeira Constituição republicana brasileira, bem como entre os ministros civis do governo provisório chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

No que se refere especificamente à Presidência da República, a literatura sobre o tema atribui à Bucha vínculo com nada menos do que oito ex-presidentes brasileiros formados nas Arcadas, entre os quais se destacam Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves e Washington Luís — este último apontado por diversas fontes como o último presidente da República que teria mantido vinculação direta com a sociedade, tendo seu nome associado ao desfecho histórico da Revolução de 1930, evento que marcou o declínio da influência pública da Bucha sobre os destinos políticos do país.

Entre os rituais associados à Bucha, o mais conhecido e publicamente celebrado era a chamada cerimônia da chave, realizada anualmente nas proximidades do encerramento do período letivo. Conforme a tradição relatada pela historiografia, uma antiga chave era pendurada, dia após dia, em um dos pilares do pátio das Arcadas, simbolizando a passagem iminente da liderança estudantil da sociedade. No último dia da cerimônia, promovia-se grande festividade, à qual compareciam, durante os anos da República Velha, autoridades de primeiro escalão — o presidente da República, o presidente do estado de São Paulo, o prefeito da capital paulista, ministros de Estado e ministros do Supremo Tribunal Federal.

O evento contava com ampla cobertura da imprensa, notadamente do jornal *O Estado de S. Paulo*, cujo diretor, Júlio de Mesquita Filho, é também apontado pela literatura especializada como tendo exercido a função de chaveiro durante seus tempos de estudante.

Clandestinidade e memória

O processo de declínio da influência pública da Bucha está historicamente associado à Revolução de 1930 e à derrocada do regime político que caracterizou a chamada República Velha, do qual diversos bucheiros eram protagonistas centrais. A partir desse marco, a sociedade teria mergulhado em rigorosa clandestinidade, deixando de exercer a atuação pública e amplamente reconhecida que a caracterizara nas décadas anteriores.

Episódio frequentemente citado pela literatura sobre o tema relaciona-se à invasão da Faculdade de Direito pela polícia política do Estado Novo, ocasião em que documentos pertencentes à Bucha teriam sido apreendidos e remetidos ao então presidente Getúlio Vargas. Conforme relatos historiográficos, ao tomar conhecimento da identidade das pessoas envolvidas com a sociedade, Vargas teria optado por não dar prosseguimento a qualquer medida repressiva, em reconhecimento à impossibilidade prática de governar o país sem a colaboração de figuras a ela vinculadas — ocorrência que, independentemente de sua exatidão histórica literal, é recorrentemente invocada como símbolo da extensão da influência que a sociedade chegou a exercer sobre as estruturas de poder brasileiras.

Não obstante a clandestinidade subsequente, a memória da Bucha permanece viva na cultura institucional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. O obelisco funerário de

Júlio Frank, conservado no pátio térreo do edifício histórico das Arcadas, constitui vestígio material e simbólico dessa tradição, sendo hoje objeto de curiosidade e de divulgação por parte do Museu da Faculdade de Direito da USP, que dedica espaço à narrativa sobre o fundador e sobre os enigmas que ainda envolvem a sociedade secreta por ele concebida. A escassez de documentação oficial sobre a Bucha, decorrente de sua própria natureza sigilosa, faz com que parte considerável do que se sabe sobre sua organização e atuação repouse sobre relatos historiográficos posteriores, cuja precisão integral não é passível de verificação documental exaustiva — circunstância que, em si mesma, contribui para preservar o caráter lendário que acompanha a sociedade até os dias atuais.

A trajetória da Bucha constitui capítulo singular e revelador da história da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

O exame dessa tradição evidencia a importância da Faculdade de Direito de São Paulo não apenas como centro de formação jurídica, mas como espaço de sociabilidade e de construção de redes de poder que extrapolaram os limites estritamente acadêmicos, projetando-se sobre a história política nacional. A presença de numerosos presidentes da República, ministros de Estado e fundadores de partidos políticos entre os quadros da Bucha ilustra, de modo eloquente, o papel que as Arcadas desempenharam na formação da elite dirigente brasileira ao longo do século 19 e das primeiras décadas do século 20.

Por fim, a permanência da memória de Júlio Frank e de sua sociedade secreta no espaço físico e simbólico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo atesta a força com que essa tradição se incorporou ao patrimônio histórico e cultural da mais antiga escola jurídica do Brasil, permanecendo, quase dois séculos depois de sua fundação, como objeto de curiosidade, pesquisa e fascínio para todos quantos se interessam pela história da formação das elites jurídicas e políticas brasileiras.

Referências bibliográficas

Bandecchi, Brasil. *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal*. São Paulo: Parma, 1982.

Carvalho, Herbert. *A herança liberal de Júlio Frank*. Revista Problemas Brasileiros, São Paulo, ano 46, n. 388, jul./ago. 2008.

Martins, Ana Luiza; Barbuy, Heloisa. *Arcadas: História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. São Paulo: Melhoramentos/Alternativa, 1990.

Motoyama, Shozo (org.). *USP 70 anos: Imagens de uma história vivida*. São Paulo: EDUSP, 2006.

Müller, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.



Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. *Museu da Faculdade de Direito da USP*. São Paulo: FDUSP. Disponível em: <https://www.direito.usp.br>. Acesso em: jun. 2026.

Jornal da USP. *Faculdade de Direito do Largo de São Francisco: 190 anos*. São Paulo: Jornal da USP, 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br>. Acesso em: jun. 2026.

Revista Pesquisa Fapesp. *The Brazil that the Arcades have sighted*. São Paulo: Fapesp. Disponível [aqui](#).

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-jul-17/bucha-na-tradicao-da-faculdade-de-direito-do-largo-de-sao-francisco/>